



Paz e Terra

RIO CLARO

Um Sistema Brasileiro de
Grande Lavoura

WARREN DEAN

WARREN DEAN

RIO CLARO



Um Sistema
Brasileiro de
Grande Lavoura

1820-1920



Paz e Terra

RIO CLARO:
UM SISTEMA BRASILEIRO
DE GRANDE LAVOURA
1820-1920

r
d
E
c
n
e
o
o
p
e
t
v
f
r
g
v
D
le
c

UNIVERSIDADE
DE SÃO CARLOS
INSTITUTO DE HISTÓRIA
E GEOGRAFIA

Coleção ESTUDOS BRASILEIROS
vol. 21

Dirigida por:
Aspásia Alcântara de Camargo
Juarez Brandão Lopes
Luciano Martins

(Ficha catalográfica)

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ)

D324r Dean, Warren.
Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920;
tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
205 p. ilustr. (Estudos brasileiros, v. 21)

Do original em inglês: Rio Claro: a Brazilian plantation system 1820-
1920.

1. Agricultura - Brasil - Rio Claro - Século 19 2. Agricultura - Brasil
- Rio Claro - Aspectos sociais - Século 19 3. Rio Claro - Condições
rurais - Século 19 I. Título II. Série

CDD - 301.3509816
630.9816
981.6

77-0244

CDU - 63(816.12) Rio Claro "18"
63(816.12) Rio Claro "18":308

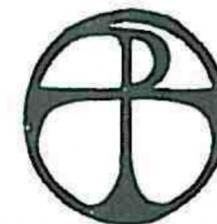
EDITORA PAZ E TERRA
Conselho Editorial
Antonio Candido
Celso Furtado
Fernando Henrique Cardoso

WARREN DEAN

RIO CLARO:

**UM SISTEMA BRASILEIRO
DE GRANDE LAVOURA
1820-1920**

Tradução de
Waldívia Marchiori Portinho



Paz e Terra

Copyright © by The Board of Trustees of the Leland Stanford Junior University, 1976

Título do original em inglês:

Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820-1920

Traduzido e publicado por acordo com a Stanford University Press. Todos os direitos reservados.

Para Russel Bach, Sidney Dean
e William Thomas

Capa: Mário Roberto Corrêa da Silva

Direitos adquiridos pela
EDITORA PAZ E TERRA S.A.
Rua André Cavalcanti, 86
Fátima - Rio de Janeiro,
que se reserva a propriedade desta tradução.

1977

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

r
d
E
c
n
e
o
o
p
e
e
t
v
f
r
g
v
E
l
c

Sumário

Prefácio 13

Abreviaturas 17

1. A Expropriação da Terra 19
2. A Organização das Fazendas 39
3. O Trabalho Escravo 61
4. Uma Experiência com o Trabalho Livre 95
5. O Fim da Escravidão 125
6. O Regime de Trabalho Assalariado 151

Conclusões 183

Notas 187

Mapas nas págs. 23, 43, e 44

r
d
E
c
n
e
o
o
p
e
e
t
v
f
r
g
v
I
l
c

Tabelas

1. 1 Produção agrícola de propriedades sem escravos, 1822 e 1835	25
1. 2 Trabalho e produtividade rural, 1856	26
1. 3 Rendimentos em dinheiro de propriedades rurais sem escravos, 1822	27
1. 4 Estrutura do setor agrícola, 1822-57	34
1. 5 Produção e consumo aparente de milho, 1822 e 1835	35
2. 1 Produção açucareira, 1822-62	41
2. 2 Investimento de capital num canavial, 1851	42
2. 3 Investimento de capital num cafezal, 1861	48
2. 4 Fontes de crédito para as lavouras, 1850-59	48
2. 5 Produção de café, 1835-1929	52
2. 6 Concentração da produção de café, 1860	58
3. 1 População escrava, 1822-88	63
3. 2 Ocupações dos escravos, 1872	64
3. 3 Custo anual de manutenção de um escravo adulto, 1857	65
3. 4 Preços de escravos do sexo masculino, de 15 a 29 anos, 1843-87	66
3. 5 Proveniência dos escravos	68
3. 6 Idade da população escrava adulta	70
3. 7 Proporção dos sexos entre os escravos	71
3. 8 Proporção de escravos africanos e brasileiros	71
3. 9 Aparente composição racial da população escrava e da população livre de cor	73

3.10 Mulheres sobreviventes de 16-60 anos comparadas com crianças sobreviventes, por grupo racial aparente, 1872	73
3.11 Registro comparativo de escravos sobreviventes, 1822-35	86
3.12 Casamentos de escravos, 1822-72	87
3.13 População ausente, 1872	91
4. 1 Situação contábil dos trabalhadores contratados, Fazenda Ibicaba, 1851	99
4. 2 Colônias de trabalhadores contratados em Rio Claro e Limeira, 1847-57	100
4. 3 Estimativa da dívida inicial de uma família contratada, 1856	109
4. 4 Cotas da colheita de café, Fazenda Ibicaba, 1856	111
4. 5 Salários nos contratos por ajuste, 1856-80	120
4. 6 Contas de trabalhadores contratados, Fazenda Ibicaba, 1862-72	121
5. 1 Escravos libertados, 1857-87	133
5. 2 Classificação de escravos para o Fundo de Emancipação, 1882	133
5. 3 População escrava, 1875-76	135
5. 4 População de ingênuos	136
6. 1 Chegadas de imigrantes, 1883-1921	155
6. 2 População, 1822-1920	155
6. 3 Condição dos cafeeiros, 1909	156
6. 4 Concentração da produção de café, 1892 e 1905	158
6. 5 Produção de café e de milho por trabalhador, segundo tamanho do produtor	159
6. 6 Produção de café na Fazenda de Santa Gertrudes, 1857-1916	160
6. 7 Salários na cultura do café, na Fazenda de Santa Gertrudes, 1886-1915	163
6. 8 Folha de pagamento, Fazenda de Santa Gertrudes, 1869-99	165
6. 9 Emprego de brasileiros nas fazendas, 1905	166
6.10 Produtividade dos brasileiros nas fazendas, 1905	167
6.11 Saldos dos colonos, Fazenda de Santa Gertrudes, 1885-89	167
6.12 Estimativa da renda anual dos colonos, 1885-1911	169
6.13 Nacionalidade dos proprietários rurais, 1905	179
6.14 Número de propriedades rurais, 1822-1964	180

Prefácio

Este livro aborda o trabalho nas fazendas do município de Rio Claro, no estado de São Paulo. Começa pela expropriação das terras novas escassamente povoadas, na segunda década do século XIX, e termina cem anos depois, quando a exaustão relativa dos solos levou ao fracionamento parcial das grandes lavouras e à transferência do capital e da força de trabalho para outras regiões mais ao interior. O ciclo de cem anos do sistema de grandes lavouras, principalmente de fazendas de café, abarca, nessa região, de São Paulo, a transição do trabalho escravo para o livre. Em Rio Claro, iniciaram-se por volta de 1840 as tentativas de contratar imigrantes europeus para trabalhar na lavoura, e a imigração italiana maciça começou finalmente em 1888, ano em que a escravatura foi abolida. Em muitas fazendas, por vários anos, trabalhadores livres e escravos labutaram lado a lado e, depois da abolição, libertos em grande número continuaram a participar do regime das fazendas.

A transição para o trabalho assalariado foi, sem dúvida, o mais importante problema social do Brasil no século XIX. A região do Oeste paulista – que se abre em leque desde Campinas para o Noroeste, alcançando Rio Claro e estendendo-se até Bauru e Ribeirão Preto, foi, a partir de 1850, aproximadamente, a de mais rápido crescimento econômico e populacional. O fim do trabalho servil e a experiência com trabalhadores livres nessa área exerceu, portanto, enorme influência sobre a opinião nacional, pois seus fazendeiros, evidentemente, seriam os alicerces das finanças do governo e constituíam os principais beneficiários do sistema social tradicional que sustentava o império. Se a escravatura não tivesse êxito naquela região, ou se o trabalho livre se revelasse ali mais lucrativo, o restante do Brasil se curvaria então diante do inevitável.

Justifica-se o estudo de um único município. O município é a unidade política básica do Brasil e, no século passado, era em geral bastante extenso. Seus limites freqüentemente tinham uma certa lógica, do ponto de vista geográfico ou econômico, ainda que fossem continuamente alterados por fazendeiros que, ao se encontrarem na oposição política local, convenciam os legisladores provinciais a modificar a divisão administrativa, de modo que suas propriedades passassem a fazer parte de municípios vizinhos. Os registros históricos referentes ao regime de trabalho nas lavouras foram feitos em geral por servidores do governo municipal. Os cartórios – dois em Rio Claro – registravam contratos de todo tipo e transcreviam testamentos homologados, o registro de terras, cadastrava as vendas e arquivava os autos de processos, enquanto a Câmara municipal conservava as atas de suas sessões e as cópias das cartas, dos lançamentos dos impostos e dos contratos. Muitos jornais circulavam no município, mas apenas de um deles existe uma coleção mais completa, desde 1901. Em arquivos da cidade de São Paulo é possível encontrar números avulsos dos outros. No Arquivo do estado volumosa correspondência é classificada segundo o município, e também no Museu Paulista o material avulso sobre Rio Claro está indexado pelo município.

*Por razões de ordem prática, portanto, historiadores brasileiros muitas vezes decidiram basear seus estudos em um município, obtendo, assim, um sentido de inter-relacionamento, de detalhes, de percepções e de motivos que se diluiriam e desapareceriam em contextos mais amplos. Na elaboração deste estudo, descobriu-se grande quantidade de outros documentos, principalmente de natureza política e social, que poderão eventualmente ser utilizados em outros estudos correlatos. Foram úteis também para este trabalho, pois forneceram indiretamente a confirmação de muitas afirmativas que aqui são feitas. A experiência histórica de Rio Claro pode ser generalizada, em certos sentidos. Os municípios dependiam do corpo legislativo da província, cujo presidente deliberava sobre o orçamento, nomeava a maior parte dos funcionários e estabelecia as políticas provinciais que eram da maior importância para a sorte das lavouras de Rio Claro. Os fazendeiros, em particular os mais ricos, não eram moradores de um único município, mas tinham interesses mais amplos, e cada vez mais se tornavam proprietários absenteístas. A massa da população era altamente móbil, e Rio Claro servia de base para os pasantes que se trasladavam daqui para ali nas terras recém-ocupadas.**

Rio Claro não foi selecionado por representar um lugar diferente ou típico. Seria necessário, sem dúvida, introduzir certas adaptações, antes de aplicar o que se diz neste trabalho a outros municípios do Oeste paulista. Rio Claro revelou-se apropriado porque seus arquivos estavam preservados e até mesmo parcialmente catalogados, e sua Faculdade de Ciências e Letras acolheu cordialmente um pesquisador estrangeiro. O

* Este trabalho sofreu grande influência da monografia a respeito de um município: STEIN, Stanley-Vassouras, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1957.

município oferecia muitos atrativos pois, sob muitos aspectos, tinha sido teatro de transições importantes: do regime colonial para o de sesmarias, do império para a república (sua sede foi uma das primeiras a criar um diretório do Partido Republicano) e da escravatura para o trabalho livre. Seus fazendeiros encontravam-se entre os de maior influência na política provincial e mesmo nacional. Além disso, a sede municipal de Rio Claro, devido a circunstâncias geográficas, tornou-se um centro urbano de certo destaque, como centro ferroviário, industrial e de serviços, e sua economia serve de exemplo para a diversificação que viria a se tornar uma extraordinária característica do estado de São Paulo.

A historiografia do trabalho escravo e imigrante em geral adota a auto-imagem e a visão do mundo dos fazendeiros. Raramente tem sido coerente e consciente a necessária separação entre o historiador e os servidores que elaboram os documentos e que, neste caso, eram direta ou indiretamente empregados dos fazendeiros. Esta obra pretende manter uma posição crítica. Agindo desta forma, ferirá sem dúvida algumas suscetibilidades, que paradoxalmente considerarão esta atitude como pouco objetiva, na suposição de que nas sociedades mais tradicionais as ideologias da elite constituíam paradigmas da ordem social ou, pelo menos, não eram abertamente contestadas.

*É preciso admitir que a preocupação do autor também tem seu fundamento ideológico. O povo tem direito à sua própria história. Que a terra, o trabalho e o lucro tivessem sido expropriados tem menor relevância do que o fato de que a expropriação tivesse sido legitimada, e legitimada de tal maneira que os que sofreram a expropriação saíram humilhados. Por ocasião de um congresso que se realizou no Rio de Janeiro em 1950 a fim de estudar a posição do negro na sociedade brasileira, um dos participantes desaprovou enfaticamente o estudo da história da escravidão: "Precisamos é esquecer esse tratamento brutal, para não sentirmos ódio. Para que o Congresso vai lembrar que meu pai apanhou, minha mãe apanhou. Por quê?" Por motivos científicos, declarou o presidente; para mostrar aos brancos os seus erros, disseram outros participantes; para mostrar que os negros, apesar de tudo, sempre tinham cooperado; para mostrar que a situação melhorara. A angústia do orador era insuportável, e a reunião teve de ser suspensa apressadamente. A resposta deveria ter sido: Seu pai e sua mãe merecem ser recordados porque sofreram, e ainda mais porque resistiram e triunfaram. A história não revela submissão e resignação, mas sobrevivência e revide. O estudo do trabalho nas grandes lavouras tem implicações igualitárias, mas o que se pretende – é preciso deixar bem claro antecipadamente – é corrigir perspectivas que foram distorcidas mediante argumentações especiais, e não, introduzir distorções onde não as havia.**

* NASCIMENTO, A. de, ed – *O negro revoltado*, São Paulo, Edições GRD, 1968. p. 201-3. Devo a Alison Rafael esta citação. Um apelo vigoroso à historiografia populista foi feito por José Honório Rodrigues; entre seus outros trabalhos, ver *Conciliação e reforma no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.

O autor recebeu dos rioclarenses a melhor das acolhidas. Colocaram a meu dispor os documentos existentes, mesmo quando isso representava sérios transtornos pessoais. Desejo agradecer em particular aos Srs. Tomaz Macha, Sérgio Pereira e Osório Morato Filho, tabeliães; ao Sr. José Machado, secretário da Câmara de Vereadores; e aos Srs. Oscar Arruda Penteado e José Constante Barreto, historiadores do município. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro encontrei o apoio valioso de membros dos Departamentos de História, Geografia e Ciência Política. Um agradecimento especial deve ser dado à Prof^{te} Jeanne Berrance de Castro, cujo empenho na organização do Museu Histórico local foi de fundamental importância para este trabalho. Em São Paulo, os funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Biblioteca Municipal foram incansáveis na localização e microfilmagem de documentos. Graças à intervenção do Prof. Sérgio Buarque de Holanda e da Prof^{te} Emília Viotti, e de seus alunos, Prof^{te} Alice Canabrava e Eddie Stols, abriram-se as portas de importantes coleções oficiais e propriedades particulares. Colegas pesquisadores, os Profs. Samuel Baily, Robert Mattoon, Norris Lyle, Joseph Love, Thomas Holloway, Thomas Flory e Rae Flory localizaram documentação indispensável para este trabalho. Os Profs. Gabriel e Clélia Bolaffi, meus bons amigos, estiveram sempre à mão para apresentações ao mundo intelectual de São Paulo. Ms. Judith Dean concordou com a mudança, constantes viagens e a interrupção de seus próprios estudos a fim de acompanhar o autor, que expressa deste modo sua gratidão e admiração. Partes de dois capítulos deste livro foram apresentadas no Seminário da Universidade de Colúmbia sobre o Brasil, cujos participantes e presidente, Prof. Douglas Chalmers, ofereceram valiosas sugestões. O Social Science Research Council of New York e a Universidade de Texas concederam recursos para a pesquisa. Uma segunda viagem a São Paulo, patrocinada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, permitiu-me completar o livro, já quase pronto, com nova documentação.

Este trabalho foi levado a efeito no Brasil durante um ano de grande agitação política, quando parecia que o governo militar abandonaria seu caráter de autoritarismo, em face da oposição, inclusive por parte de Universidades. O autor não se sentia à vontade com sua relativa imunidade, e lamentou o prejuízo causado ao progresso dos estudos históricos no Brasil. Muitos colegas perderam seus cargos e foram encarcerados por terem exercido honestamente e com dignidade os seus direitos de cidadão e as responsabilidades de seu ofício. Temos uma dívida especial de inspiração para com Caio Prado Júnior, que foi para a prisão numa idade em que deveria ter ido para a cátedra vitalícia. A ele e a outros corajosos homens de letras este livro é dedicado.

Abreviaturas

AMI-P	Arquivo do Museu Imperial, Petrópolis
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
LN	Livros de Notas
MHP-ABV	Museu Histórico Paulista "Amador Bueno da Veiga"
MP-AA	Museu Paulista, Arquivo Aguirra
NCC	Núcleo Colonial de Cascalho
OD/RC	Ofícios Diversos, Rio Claro
RC/C-1	Rio Claro, Cartório do Primeiro Ofício
RC/C-2	Rio Claro, Cartório do Segundo Ofício
RGTP	Repartição Geral das Terras Públicas
SG	Fazenda de Santa Gertrudes
SP(P)	São Paulo (província)
SP(E)	São Paulo (estado)

CAPÍTULO 1

A Expropriação da Terra

Desde as escarpas no norte da cidade pode-se contemplar uma paisagem que já sofreu muitas transformações: pastagens naturais, capoeiras e plantações de eucaliptos no alto das colinas e, nos afloramentos de solos graníticos vermelhos, onde a terra conserva a fertilidade após 200 anos de cultivo, canaviais, laranjais ou pequenas glebas plantadas de milho, arroz ou feijão. No princípio do séc. XVIII, parte destas terras era coberta de campos cerrados* – de solo arenoso e leve, pontilhado de arbustos e árvores – mas quase tudo era floresta. Próximo a Araras alguns hectares de floresta virgem foram preservados na fazenda que pertenceu a Martinico Prado. É uma visão maravilhosa. A luz da manhã filtra-se desde um dossel de árvores de troncos lisos e folhas delicadas – cabreúvas, perobas, jequitibás – atravessando um emaranhado de cipós e lianas. As figueiras bojudas parecem ameixas semidestruidas, impotentes sob o peso das samambaias e trepadeiras. Sentimo-nos gratos para com o primeiro proprietário desta terra por ter poupado um recanto assim, apesar de que ele, talvez, estivesse sentindo menos reverência pelo que restou do que arrogância por haver devastado o restante.

Essas florestas luxuriantes, porém amenas e temperadas, eram convidativas, pois ali o clima não é tropical: a 600 metros acima do mar, a temperatura varia pouco em torno de uma média anual de 20 graus centígrados. Durante quase o ano inteiro, primeiro uma, depois outra espécie de árvore florífera estende um manto cor-de-rosa, púr-

* O autor modernizou a ortografia dos termos que cita em português no original, bem como os nomes dos autores, nas notas.

pura ou amarelo, o que ainda pode ser visto na praça da cidade, onde sobrevive um esplêndido bosque de ipês e paineiras. Outras árvores produziam frutas comestíveis – goiaba, maracujá, jaboticaba, jaca, jatobá – enquanto sob suas ramagens vagavam tapires, pacas e capivaras tímidas e lerdas.

A região que viria tornar-se o município de Rio Claro fora, por milhares de anos, o *habitat* de caçadores nômades cujos artefatos de pedra lascada ainda se espalham pelas margens dos rios. Seus ossos ou os resíduos do que quer que tenham produzido dissolveram-se no solo ácido ou sob as pesadas chuvas de verão. Aproximadamente há mil anos atrás, eles foram sucedidos pelos tupi-guaranis, semi-sedentários, que os portugueses encontraram disseminados ao longo da costa ao chegarem ao Brasil em princípios do séc. XVI. Em toda parte os europeus agiram com capacidade em seus primeiros contatos com os primitivos habitantes do novo mundo. No Brasil, estes foram caçados e feitos escravos nas lavouras litorâneas. Após sucessivas incursões, os índios foram dizimados, e destruída sua cultura. A maioria dos remanescentes retiraram-se para o interior do país, enquanto algumas poucas tribos renderam-se e foram instaladas em reservas próximas a áreas colonizadas, sendo catequizadas e gradualmente assimiladas. Apesar de violenta e espoliativa, essa experiência da cultura aborígine influenciou profundamente os portugueses. Na qualidade de servos e auxiliares, os tupis ensinaram-nos a dominar a natureza selvagem; como concubinas, as índias deram origem a uma população de mestiços.¹

Em princípios do séc. XVIII os habitantes primitivos se haviam recolhido até um pouco além da região de Rio Claro. Nessa época, a população europeizada da capitania de São Paulo não ultrapassava os 50 mil. Apenas nove núcleos nas bordas do platô, inclusive a capital, tinham sido elevado à categoria de cidade. Essa vasta região de solo fértil e clima temperado, uma fronteira de terras inexploradas, estava aberta à ocupação pioneira. Nas terras novas, os exploradores não apenas sentem-se libertados dos freios da sociedade mas podem, se quiserem, dar-lhe uma nova forma permanente. Somente a revolução representa paralelo, mas, mesmo a revolução não oferece essa sensação de desconhecido, essa estranheza telúrica que dá às regiões inexploradas e ao seu tempo um tal poder de atração. Seria de se esperar que, em tais circunstâncias, ainda mais em se tratando de europeus, eles teriam aproveitado a oportunidade de fazer de cada homem um pequeno proprietário, e, por conseguinte, de apagar as distinções e privilégios sociais que os tinham reprimido e asfixiado em sua antiga pátria. Em São Paulo o ambiente era propício a esse tipo de fixação na terra, e no princípio a nova área foi efetivamente uma região de pequenas propriedades.

Entre os aborígenes banidos e os nodos de vida organizada nos limites do planalto estendia-se um vasto território, ainda inseguro e

não-ocupado, onde havia apenas alguns postos militares dispersos. Para ali se sentiam atraídos os que procuravam refúgio da opressão do domínio colonial. Os que não tinham terra podiam conseguí-la. Os jovens aptos conseguiam escapar ao recrutamento, terrível aflição devido às guerras intermitentes com a Espanha no Rio da Prata. Os criminosos fugiam à lei, que, de fato, muitas vezes os exilava para aquela região. Já em meados do séc. XVIII um juiz em Itu ainda aplicava a pena de banimento: o condenado recebia ordem de seguir de barco até a cachoeira de Piracicaba e então andar para o Norte. Os escravos fugidos muitas vezes iam para lá – por boas razões o caçador de escravo era chamado de “capitão-do-mato”.²

A descoberta de ouro em Mato Grosso, em 1718, acelerou um pouco a ocupação da área de Rio Claro. A fim de atingir aquele lugar extraordinariamente remoto e inacessível, os paulistas em geral seguiam pelo rio Tietê até a bacia do Paraná, navegando em grandes comboios uma vez por ano. Alguns, todavia, para evitar as febres dos pântanos, iam por terra desde a cachoeira de Piracicaba, através de campos de elevações suaves. A cerca de 30 quilômetros ao norte, os viajantes encontravam uma série de escarpas de 200 metros de altitude, que marcavam o início de outro degrau do planalto. Ao norte e oeste estes penhascos são contínuos e difíceis de atravessar, mas no meio existe uma passagem mais baixa e erodida, com apenas algumas elevações que levam nomes como Morro Guarita e Morro Pelado. Um caminho foi aberto entre 1719 e 1727, depois abandonado e reaberto entre 1765 e 1775. Seria natural que os condutores de mula escolhessem um local para descansar antes de dar início à cansativa subida que os esperava. A parada em Ribeirão Claro provavelmente não passava de um abrigo coberto de folhas à beira de um riacho que cortava a várzea e que é hoje uma praça no bairro chamado Santa Cruz. Ali foi construída a primeira capela da região.³

As tropas de mulas necessitavam de suprimentos e alguns dos arrieiros transformaram-se em negociantes. Começou assim um comércio irregular de artigos de primeira necessidade, que progrediu lentamente e atendeu por uma centena de anos a uma população dispersa. Rio Claro passou a ser visto como a boca do sertão, pois logo depois dele começava, no planalto, o que os habitantes consideravam como realmente ermo, o Sertão de Araraquara. Enquanto isso, a vida organizada dos povoados avançava lentamente. Piracicaba, a que se ligava o povoado de Rio Claro, foi elevada à paróquia em 1770. Mogi-Mirim, 65 quilômetros a leste, e Campinas, 75 quilômetros a sudeste, foram elevadas à vila em 1751 e 1797. As vilas eram apenas um pouco menos agrestes do que o restante. “Maior parte destas povoações são só no nome... compostas de alguns casaes de Índios, alguns poucos Brancos, todos eles ordinariamente pobríssimos”*, escreveu um via-

* N. T. : Nas citações foi mantida a ortografia original.

jante em meados do séc. XVIII. Os naturalistas franceses d'Alincourt e Saint-Hilaire encontraram pouco mais que casebres de tropeiros em Mogi-Mirim em 1818, enquanto Campinas, mais próspera, tinha apenas casas de taipa. Jundiáí, praticamente uma ruína, conhecera melhores dias no séc. XVII. A floresta virgem ainda crescia entre um povoado e outro.⁴

No começo do séc. XIX, na área de Rio Claro viviam algumas centenas de famílias. O recenseamento de 1822 registrou 1 033 pessoas livres, em 231 domicílios. Quase a metade dos chefes de família, segundo o censo, tinham nascido fora do povoado, em locais geralmente próximos e um pouco distanciados das regiões ainda inexploradas. A maioria tinha vindo de Mogi-Mirim, Bragança e Nazaré, municípios a sudeste, com uma alta proporção de pequenas propriedades em declínio. Alguns eram de Campinas e Itu, ao sul, uns poucos eram oriundos de municípios mais distantes (Sorocaba, Santo Amaro, Jundiáí), e alguns provinham da província de Minas Gerais. Apenas quatro tinham vindo de Portugal, e somente sete disseram ter nascido "neste" município, o que talvez quisesse designar Piracicaba. Dentro desse perímetro reduzido, a população movia-se incessantemente. Das 112 famílias de lavradores que trabalhavam em sua própria terra, 21 declararam ter chegado naquele ano. Menos de 10 por cento das famílias livres, presentes em 1822, apareceram no recenseamento seguinte, 13 anos depois, quando um dos recenseadores registrou minuciosamente o lugar de nascimento de todos os membros da família. Na sua seção, 16 entre 35 chefes de família tinham casado com uma mulher de cidade diferente; 30 famílias tiveram filhos nascidos em pelo menos uma outra cidade que não Rio Claro, e 13, nascidos em pelo menos duas outras. Para 83 famílias com filhos, o número médio de anos de residência foi 5,2.⁵

Invariavelmente as famílias eram nucleares, marido, mulher – ou um consorte sobrevivente – e filhos. Esta estrutura prevalecia em São Paulo pelo menos desde o primeiro recenseamento em meados do séc. XVIII. Das 16 famílias cuja cabeça era uma mulher, em geral viúva, a metade vivia de esmolas. Em alguns casos os homens não se consideravam casados, e o recenseador escreveu *agregada* – dependente, em vez de esposa – para se referir à companheira, mesmo quando havia filhos. Algumas famílias tinham outros tipos de agregados, ou muito jovens ou idosos. Tratavam-se, provavelmente, de parentes. As famílias nucleares não se isolavam socialmente pois havia, ao que parece, uma forte tendência para a fixação em áreas onde já houvesse parentes. Isto se comprova facilmente pela recorrência de nomes de família nas mesmas seções, ou entre os que declaram a mesma procedência. Das 21 famílias de Mogi-Mirim, em 1822, apenas 4 tinham sobrenomes diferentes de todos os outros.⁶

A população livre aparece nos registros como branca, em geral – 85 por cento em 1822, mas apenas 66 por cento em 1835. Uns poucos não-brancos são definidos como pardos. Essas distinções refletem,



Oeste Paulista

sem dúvida, critérios muito pouco rígidos, bem como delicadeza de tratamento social. Provavelmente muitos pardos foram classificados como brancos no primeiro censo, e talvez também no segundo. Saint-Hilaire, o botânico francês, observou em suas viagens por São Paulo que a população branca era, de fato, mestiça, categoria que nunca aparece nos recenseamentos. Alguns dos pardos poderiam talvez ser classificados como pretos, mas o termo era considerado depreciativo para ser aplicado a um homem livre. O único homem livre a ser indicado como preto no censo de 1822 e os sete de 1835 possivelmente eram conhecidos no lugar como africanos alforriados. Os recenseadores de 1822 não registraram nenhum casamento entre brancos e mulatos, outra imprecisão social, ou talvez fosse mais fácil simplesmente atribuir a mesma designação racial a todos os membros de uma família. Em 1835, todavia, em cerca da metade das seções os recenseadores deram-se o trabalho de estabelecer distinções. Encontraram, assim, em 255 casais, 22 cujos membros foram classificados diferentemente: 12 brancos com pardas, oito pardos com brancas, e dois negros com pardas. Havia 91 outras famílias nessas seções em que ambos os consortes foram designados como mulatos, portanto quase 20 por cento desse grupo racial casaram-se com pessoas de raça branca. Os filhos, em duas das famílias pardo-branca, foram classificados como brancos, e não pardos. Talvez fossem frutos de casamentos anteriores, ou possivelmente eram suficientemente claros para entrarem em outra categoria. Aos olhos dos outros moradores das vilas, com maior ascendência social, essas famílias livres eram simplesmente consideradas como constituídas de "cablocos", fosse qual fosse a raça, termo este que soava vagamente pejorativo, pois trazia implícitos os conceitos de rude e de mestiço, sem a conotação favorável de termos como "exploradores" ou "desbravadores".⁷

Uma das razões porque os colonizadores de Rio Claro eram tão errantes estava na agricultura predadora que praticavam. Eles abriam claros temporários na floresta por meio do fogo. Perto do final do inverno, que era a estação seca, cortavam a machado e foice as lianas e o sub-bosque, e os deixavam secar por algumas semanas. No dia em que o vento era propício, punham fogo à mata, que ardia intensamente; a fumaça era visível a quilômetros de distância. A clareira resultante, com uma extensão de dois a três hectares, não consistia num campo limpo, pois nela restavam os restos de troncos enegrecidos e de raízes desenterradas – mas era fertilíssima. O lavrador fazia alguns furos no solo com um pedaço de pau, punha umas poucas sementes em cada cova e aplicava muito pouco trato cultural daí em diante, exceto uma ou duas capinas e o espaçamento das mudinhas. Por uns cinco ou seis anos repetia-se a queimada antes da plantação, até que o lugar era abandonado e o mato tornava a crescer. Esse tipo de lavrador tinha poucos investimentos fixos a perder: um casebre construído precariamente de taipa, coberto de folhas de palmeira, de chão batido, mais uma tulha de milho e um monjolo.⁸

TABELA 1.1
Produção agrícola de propriedades sem escravos, 1822 e 1835

Categoria	1822	1835
Número total de famílias sem escravos	102	196
Número de famílias documentadas:		
Milho	96	166
Feijão	66	137
Arroz	16	88
Produção por família (litros):		
Milho	3 010	5 476
Feijão	326	254
Arroz	435	326

FONTE: APESP, População Piracicaba, 1822, 1835-36.

NOTA: A produção foi convertida a partir de alqueires (medida para secos, equivalentes a 36,27 litros). Propriedades recentes, que ainda não tinham produzido, foram omitidas.

A principal cultura era o milho que, segundo cálculos de Luis Lisanti, contribuía com 80 ou 90 por cento das calorias dos colonizadores. Os censos revelam que a maioria das famílias o cultivavam. Em 1822, cada uma produzia em média 83 alqueires * (3 mil litros). O milho era triturado e consumido sob a forma de pão ou angu. Outros alimentos produzidos eram o feijão, plantado por dois terços das famílias, e arroz, por um sexto (Tab. 1.1). Ambos exigiam solo bem limpo e cuidados adicionais, motivo pelo qual apenas cerca de 12 alqueires de arroz eram cultivados em média por família, e somente nove de feijão (Tab. 1.2). Havia outras culturas de menor importância. A mandioca, importante porque podia ser colhida praticamente o ano inteiro, e por exigir pouco do solo, não consta do recenseamento, mas provavelmente era plantada por algumas famílias, assim como outros tubérculos e frutos – abóbora, batata-doce e inhame. A proteína animal era fornecida em grande parte pelos peixes e caça, porém muitas famílias também criavam porcos, que podiam ser deixados soltos no mato, semi-selvagens. Ninguém tinha galinhas, pois não podiam defender-se das cobras. Algumas famílias plantavam algodão e teciam. Havia uma certa troca de sabão, velas e fumo. Na floresta podia-se buscar frutas, ervas medicinais e temperos, bem como material para construção.⁹

Segundo o recenseamento, poucos dos cidadãos livres de Rio Claro faziam parte do processo econômico mais amplo da província. Dezesseis famílias tinham vendido porcos, sendo 95 no próprio local e 97 em Itu, São Paulo (a capital da província), Campinas e Porto Feliz.

* Um alqueire era igual a 36,27 litros antes de 1874, e a 40 ou 50 litros depois dessa data.

TABELA 1.2
Trabalho e produtividade na agricultura, 1856

Atividade	Dias de trabalho para plantar um alqueire	Produção em litros
Limpeza, derrubada, e queimada	30	
Cultivo de:		
Milho	8	1 740
Arroz	20	3 630
Feijão	30	1 450
Mandioca	30	?

FONTE: APESP, OD/RC 396, Subdelegado para o Presidente da Província, jan. 1856, dia ilegível.

NOTA: O mesmo relatório revela que o pagamento habitual por dia de trabalho na enxada, sem fornecimento de alimentação, era de 0,80 mil-réis.

Nesta última vila, três lavradores de Rio Claro venderam um total de 140 arrobas * (2 050 quilos) de fumo, possivelmente para serem enviadas pelo Tietê até outros lugares mais ao interior. O comércio de porcos era particularmente adequado para a região, pois eles podiam ser conduzidos a pé até o mercado. Dos que realizaram vendas no mercado em 1822, apenas um recebeu mais de 100 mil-réis**, mantendo-se a média em torno dos 32 mil-réis (um mil-réis valia então 1,25 dólares; um dia de trabalho na lavoura valia 0,64 mil-réis; ver Tab. 1.3). Já em 1835, a participação no mercado era bem maior. O recenseamento mais recente nada diz, infelizmente, sobre vendas ou preços, mas é possível inferir a prática da cultura comercial do aumento na produção de milho e no número de famílias que criavam porcos – 23 famílias, 594 animais – assim como do aparecimento de vacas – 11 famílias, 115 cabeças. Havia também cabras, mamona e amendoim. Em parte esta maior variedade se tornara possível pela mais intensiva derrubada e queimada da floresta, mas decorria também do surgimento de um núcleo de vila no próprio Rio Claro.¹⁰

Todavia, ainda que os colonizadores se tornassem mais numerosos e as terras cultivadas fossem mais extensas e mais ligadas agora a uma economia de mercado, eles não conseguiam manter a posse das mesmas. Estranhos vindos de outras regiões mais distantes adquiriram

* Uma arroba era igual a 14,69 quilogramas antes de 1874, e a 15 quilogramas depois dessa data.

** No livro inteiro o autor refere-se apenas a mil-réis, evitando referências a outras moedas a fim de eliminar confusão. Quando se fazia necessário usar frações, empregaram-se centésimos de mil-réis, em correspondência ao centavo atual. O mil-réis transformou-se em cruzeiro, em 1942.

TABELA 1.3
Rendimentos em dinheiro de propriedades rurais sem escravos, 1822

Produto	Número de famílias	Quantidade	Valor em mil-réis
Porcos	16	192	503,12
Milho	2	870 litros	3,84
Feijão	3	870 litros	15,36
Fumo	3	2 050 k	257,60
TOTAL	24		779,92
Média por família			32,40

FONTE: APESP, População Piracicaba, 1822.

título às mesmas, expulsaram muitos dos antigos donos e submeteram o restante a uma espécie de regime de arrendamento. Mesmo no primeiro recenseamento, de 1822, não se pode perceber a maneira como viviam os colonizadores inteiramente independentes; por essa data já havia 40 propriedades agrícolas que utilizavam trabalhadores – escravos. Em 1835 os pequenos proprietários tinham sido reduzidos a um terço da população. A razão desta mudança era que os excedentes financeiros gerados pela economia colonial, acumulados principalmente pelos fazendeiros do litoral e por comerciantes, burocratas ou profissionais liberais das vilas, eram reinvestidos por eles em novas terras.

A aquisição de terra, mesmo que ultrapassasse os limites da exploração potencial de culturas para exportação, baseava-se ainda assim em considerações de ordem econômica. Era possível especular que a melhoria nos transportes ou o aumento nos preços no mercado internacional pudessem ampliar o perímetro da lavoura lucrativa. Terras virgens eram tão necessárias para os que cultivavam o solo predadoramente, quanto para os que plantavam para exportar, pois uns e outros dependiam da maior fertilidade das terras recém-limpas a fim de manter a produção. Por outro lado, lotes de reserva poderiam ser subdivididos lucrativamente ou utilizados como garantia para empréstimos. A propriedade de terras, além disso, no contexto da organização política colonial, representava um investimento mais seguro do que qualquer outro. Não eram taxadas, não eram atingidas pela inflação, não constituíam um bem tão ostentatório ou líquido quanto produtos comercializáveis, animais ou dinheiro; portanto, o governador não podia confiscá-la quando precisasse desesperadamente de recursos, ou se pusesse invejoso. Ao contrário, ele considerava os proprietários de terras como particularmente merecedores de contratos governamentais, con-

cessões e altos cargos, através dos quais era possível acumular novas riquezas.

Fora de qualquer dúvida, a posse de vastos tratos de terra dava prestígio, daí porque seu proprietário considerava de seu direito exercer comando e auferir deferência. Tais sentimentos podem ser caracterizados como senhoriais, mas eram engendrados por ações que se destinavam a aumentar o acesso a riquezas, e, em decorrência, a alcançar lucros monopolísticos num mercado ativo e capitalista.

Era proveitoso para os comerciantes e para outros que pensavam em aplicar grandes investimentos na terra, que se mantivesse o sistema de sesmarias, ou doações de terras da coroa. As sesmarias, concedidas pelo vice-rei ou o governador, eram os únicos títulos de posse de terra reconhecidos pelos tribunais, até a Lei da Terra em 1850. Em geral, tinham uma légua quadrada (44 quilômetros quadrados), e custavam, em despesas de expediente, 300 a 400 mil-réis, importância que não estava muito além da capacidade de um colonizador livre, se ele já estivesse empenhado em algum tipo de cultura econômica. Era quase impossível conseguir crédito, mas ele poderia reunir os recursos dos parentes, se tivesse a sorte de pertencer a uma grande família cujos membros fossem todos prósperos. Na verdade, uma das sesmarias de Rio Claro parece ter sido estabelecida por uma associação desse tipo, a da família dos Pereira, que se dedicavam à criação de gado e de cavalos. Era mais comum, todavia, que o governador ou o vice-rei outorgasse esse imenso favor sob forma de terras gratuitas, a pessoas ricas e politicamente influentes nas vilas.¹¹

Aliás, a primeira doação feita na área foi obtida fraudulentamente. José Ignácio Ribeiro Ferreira, impedido legalmente de adquirir sua própria sesmaria por ser secretário do governador, usou testas-de-ferro para conseguir cinco delas – uma das quais em Rio Claro – num total de 566 quilômetros quadrados. Duas outras foram concedidas antes de 1800, ao que parece a especuladores que jamais deram início ao cultivo a que obrigavam as doações, que por isso acabaram caducando. O restante das dez sesmarias em Rio Claro foram doadas nos últimos anos antes que a Independência pusesse fim ao sistema sesmarial, em 1822. Com exceção da sesmaria concedida aos Pereira, todas as outras o foram a pessoas muito ricas, com altas posições na milícia ou no serviço público, e que já possuíam fazendas em outros lugares. Cinco dessas sesmarias foram outorgadas a grupos de parentes, outra a um funcionário português aposentado, Francisco da Costa Alves, que já possuía uma fazenda em Jundiá. As outras três foram doadas a grupos que já viviam nas terras na época da legalização, mas nenhum deles era constituído de posseiros comuns, pois tinham trazido escravos e rendeiros. Os primeiros moradores ficaram relegados a uma posição acentuadamente marginal. Lotes legalizados de apenas 170 hectares, em 1818, correspondiam tão-somente a 2 por cento de todas as propriedades registradas, ainda que pertencessem à metade dos proprietários da região de Rio Claro.¹²

Parece estranho que estas terras de São Paulo, tão temperadas e apropriadas às técnicas agrícolas européias, tivessem sido tão abruptamente fechadas ao aproveitamento sob a forma de pequenas propriedades. A sesmaria latifundiária fora, talvez, um incentivo necessário para atrair portugueses nos dois primeiros séculos da colônia, mas em fins do séc. XVIII não mais se justificava. Seria de se esperar que a burocracia real, interessada no maior desenvolvimento da região, ainda que restringido pelo sistema mercantilista, tivesse insistido na predominância da pequena propriedade e do trabalho livre. Já se tivera acesso intelectual a esse conceito. Em 1810, o procurador-geral de São Paulo recomendara vivamente ao rei não apenas a abolição gradual da escravidão como também a doação de propriedades tanto a imigrantes como a libertos, e ainda o estabelecimento de um fundo para a concessão de crédito a fim de que os minifundiários pudessem competir com as grandes lavouras. Seu objetivo era aumentar os recursos do estado, que “cresceria sempre junto com a agricultura, a colonização e a indústria do povo. Seria, pois, uma lei muito sábia”.¹³

Além do mais, a coroa não estava inteiramente desprovida de recursos para forçar os habitantes da colônia a seguir as diretrizes que parecessem mais convenientes para a metrópole. No passado, fizera cumprir um número considerável de reformas sociais draconianas, com o objetivo de aumentar a produção ou melhorar sua posição militar. São Paulo, ademais, começava a receber a atenção do governo do vice-rei, após um longo período de abandono e despovoamento por parte dos recrutadores militares. Conforme diminuía as rendas provenientes da mineração, o potencial da agricultura parecia mais promissor. O governo construía, por conseguinte, entre 1785 e 1795, uma estrada com grandes melhoramentos desde o porto de Santos até o planalto, reduzindo, assim, significativamente os custos do transporte.

Os administradores reais, infelizmente, eram incapazes de considerar seriamente uma reforma que não apenas traria o desejado incremento nas rendas mas também o que lhes parecia uma revolução social. A única organização que eram capazes de conceber para a imensa colônia era a de uma sociedade exatamente tão aristocrática quanto a da metrópole. Ao longo do período colonial, portanto, doações de terra representaram o privilégio mais importante que o rei podia outorgar. “A condição social do concessionário era, em última instância, o fator decisivo no regime das doações.”¹⁴

Não se quer, com isso, negar o desejo de lucro por parte da coroa. Os administradores não haveriam de querer conceder direitos de propriedade a uma classe social que consideravam irresponsável e improdutiva. Os dois vícios dos primeiros colonizadores, no dizer do governador de 1766, eram “a soberba e a preguiça”. Os burocratas supunham que, deixados na posse tranqüila das suas terras, o pequeno proprietário jamais se dedicaria à agricultura econômica. Virando ao reverso a imagem de uma sociedade que para os pequenos proprietários da América Inglesa constituía uma ideologia, os elaboradores de polí-

Arquivo Público Histórico Rio Claro

tica no Brasil acreditavam que apenas dos ricos e bem-nascidos era possível esperar a demonstração de qualidades empresariais, pois os outros “não tem idéia de propriedade nem desejos de distinções, e vaidades sociais, que são as molas poderosas, que põem em atividade o homem civilizado”. Os caboclos, queixava-se outro, são “quasi de uma nova natureza fora de comum quero dizer despidos daquela bem regulada ambição que faz florescer os Estados e impelle os homens ao trabalho e às indústrias”.¹⁵

Os exploradores, lamentavam-se eles, não eram corajosos ou enérgicos. A natureza era muito generosa em São Paulo; não se sentia o aguilhão da fome. Ainda que fossem “fortes para todo o gênero de trabalho”, só trabalhavam para se sustentar e às famílias. Os governadores reais, que extorquiam desesperadamente os colonizadores dos excedentes para alimentar as tropas, concordavam com os funcionários civis e os grandes proprietários. Um deles escreveu em 1788 que não havia produção pois “que deixaram de produzir-se nesta capitania pela ociosa liberdade em que vive a maior parte dos seus habitantes, postos em vadiagem e reduzidos a huma total pobreza, com repugnância a todo trabalho”. O desprezo e a ira do aristocrata pelas classes inferiores que não podiam controlar é manifesto na descrição que outro funcionário faz do mutirão para a limpeza do mato: depois de “comer muito e beber melhor, pegam os machados e nas foices, mais animados do espírito da *caninha* do que do amor do trabalho... .. Tão vadios [são] que, para haverem de trabalhar dous ou três mezes no anno, é preciso serem conduzidos como para a folia”. Era essencial, portanto, para que se recriasse a sociedade repressiva e autoritária da metrópole, e se retirasse o máximo de rendimento para a coroa, que esses “aventureiros, exilados, homisiados, misántropos inimigos do convívio social”, como os descreveu um recente apologista dos latifundiários, fossem expulsos, para que “o verdadeiro povoamento” pudesse ter início.¹⁶

Os novos donatários começaram imediatamente a especular com as suas terras. Com exceção dos Pereira, apenas a metade deles jamais fixou residência em Rio Claro. Todos começaram a vender partes de suas quotas, sempre em extensões bastante grandes, para outras partes que estabeleciam lavouras ou revendiam-nas para outros. Em 1835, sete dos 12 engenhos de açúcar em operação tinham sido construídos por pessoas que haviam comprado partes de sesmarias. Cinco podem ser identificadas como membros de famílias que já cultivavam cana na região de Campinas e Itu, inclusive Joaquim de Andrade, que casara com uma moça da família de um dos sesmeiros. Os outros dois eram um padre e um oficial do exército, Estevão Cardoso de Negreiros que, possivelmente, aproveitara-se de sua vantajosa posição de comandante do forte no porto de Santos para acumular seu capital inicial.¹⁷

Ainda que estejam muito dispersos os registros das transferências de terra nos períodos mais remotos – além de muitos dos contratos de venda terem sido feitos verbalmente – as referências feitas em contra-

tos posteriores às vendas iniciais deixam entrever uma extraordinária mudança de proprietários. Em 1855, quando houve o primeiro registro geral de terras, muitas declarações mostram três ou mais donos sucedendo o sesmeiro original, de mais ou menos 30 anos antes. Muitos dos proprietários anteriores nunca haviam morado em Rio Claro, eram especuladores que visavam ao lucro decorrente de novas subdivisões. Muitos dos proprietários, na paróquia de Rio Claro, que indicaram a data de aquisição de suas terras, haviam-nas recebido menos de seis meses atrás. A rapidez das transferências por compra excedia a das heranças. No mesmo registro de 1855, apenas 20 por cento dos que declararam a procedência de seus títulos indicaram herança ou doação. Ainda que algumas das declarações de compra ou troca fossem, na verdade, ajustes entre co-herdeiros, aparentemente, havia mais compras do que doações. As declarações dos maiores proprietários revelam numerosas transações entre vizinhos – constantes trocas de demarcações entre terrenos. Como exemplo extremo, a lavoura de Nicolau Vergueiro era formada por doze tratos diferentes, num total de mais de 100 quilômetros quadrados. A terra em Rio Claro, evidentemente, fazia parte de uma economia de mercado ativa e fluida.¹⁸

A concessão das sesmarias não anulava inteiramente os direitos dos primitivos posseiros. Os títulos de cerca de um terço das terras em Rio Claro derivam-se unicamente de posse, isto é, ocupação original. O motivo é que muitas das terras com extensão de sesmaria foram ocupadas tarde demais para serem legalizadas mediante uma doação subsequente. O governo do Brasil independente mostrou-se incapaz de formular uma lei da terra em substituição ao regime de doações reais. Os reivindicantes de Rio Claro, embaraçados, tiveram de recorrer a formas improvisadas de reconhecimento. Combinavam seus interesses com outros, vendendo lotes a terceiros que, então, deveriam sustentar a alienação original. O imposto pago por essas transações era apresentado como prova de aprovação oficial. Em Rio Claro, um dos posseiros mais importantes, Manuel Paes de Arruda, fortaleceu sua posição doando parte de sua posse para a construção da sede do município. A Câmara municipal de Piracicaba declarava, em 1835, em relatório ao presidente da província que já não havia terras públicas na região. Na verdade, elas tinham sido todas usurpadas.¹⁹

Também algumas das pretensões dos primitivos ocupantes puderam manter-se de pé, apesar das sesmarias. Certos tratos de terras pobres nunca foram cobiçados pelos de fora, e portanto nunca foram sujeitos a uma alienação legal. Assim a paróquia de Itaqueri, que mais tarde mudou o nome para Itirapina, permaneceu uma região de lavouras de subsistência isolada, cujos títulos baseavam-se na posse. Algumas das clareiras abertas pelos primeiros ocupantes e que se encontravam nos limites entre sesmarias foram deixadas em paz, a fim de não provocar disputas entre os sesmeiros. As últimas sesmarias concedidas em Rio Claro reconheciam, de certa maneira, os direitos dos

posseiros: o donatário era impedido legalmente de violar os direitos dos que já vivessem dentro dos limites da sesmaria. Pelo menos um donatário desistiu de uma área em Rio Claro por ter encontrado “demasiados posseiros”, não em decorrência dos direitos a que eles pudessem pretender, mas porque, nesse caso, teria sido necessário recorrer a forças de que ele não dispunha.

Apesar de que os ocupantes originais tivessem conseguido um certo direito às terras que cultivavam, a maioria foi sumariamente expulsa pelos donatários. Deixá-los permanecer, mesmo que o novo dono não tivesse intenção de utilizar a terra imediatamente, teria colocado em questão o seu próprio direito, além de oferecer mau exemplo para os rendeiros que ele pudesse ter instalado na propriedade. Os ricos em geral não recorriam aos tribunais para resolver essas questões, o que dava trabalho e trazia implícita uma desagradável igualdade de direitos. Era mais fácil armar um capataz e alguns rendeiros e mandá-los atrás do morador, que depois era designado como “intruso”. Ameaças e danos às plantações em geral precediam uma violência maior, de maneira que a expulsão quase sempre se processava sem derramamento de sangue. Ainda que a simples retirada não fosse muito difícil, muitos donatários ou seus sucessores compravam pequenos lotes, talvez na esperança de fixar com maior segurança os limites da sesmaria. É possível, porém, que essas vendas fossem forçadas, o que representaria então apenas uma variante do padrão usual de expulsão.²⁰

Provavelmente a agricultura pouco racional que se praticava nas novas regiões se devesse em parte à quase impossibilidade de conseguir a posse legal das terras. Talvez os métodos predadores também limitassem a profundidade do conflito gerado pela remoção dos caboclos, pois o que estava em jogo era uma clareira que, de qualquer maneira, teria de ser abandonada dentro de algum tempo. Era raro um ocupante primitivo escolher a alternativa de pedir para ficar na sesmaria como rendeiro. Sempre havia mais um trecho de floresta, de graça. O fluxo da população, rápido como era, processava-se sempre mais para o interior despovoado. No recenseamento de 1835, apenas uma família em todo o Rio Claro declarou ter vindo do Sertão de Araraquara, enquanto os novos rendeiros tendiam sempre mais a serem nativos de municípios de solos pobres que não se prestavam para a agricultura econômica. De Jundiá, Bragança, Atibaia, Mogi-Mirim e da região ao leste de Minas Gerais vieram 57 por cento dos chefes de família em 1822, e 74 por cento em 1835. Os modestos pagamentos em espécie cobrados pelos novos donos das lavouras deixavam-nos com maiores recursos de subsistência do que teriam conseguido obter eles mesmos naqueles municípios, mesmo se tivessem sido pequenos proprietários.²¹

Os donatários das sesmarias, portanto, tomaram conta dos melhores solos em Rio Claro sem necessidade de recorrer a muita violência. Mesmo quando se retiravam os caboclos prestavam um serviço ao regime das grandes lavouras. Ao se deixarem empurrar sempre

mais no sentido das terras virgens que ficavam entre os aborígenes e as fazendas, os caboclos desempenhavam a função de inestimável valor – ainda que não reconhecida – de manter os índios à distância. As lavouras de Rio Claro não eram atacadas por eles, ainda que a isso estivessem expostas, e não fossem protegidas pela milícia. Somente os caboclos sofriam represálias pela tomada das terras dos indígenas. Além disso, os grandes proprietários ficavam a salvo da hostilidade dos caboclos, pois estes descarregavam suas frustrações em cima do mais acessível de seus inimigos, e desprezavam os índios tanto quanto os fazendeiros os desprezavam.

A alienação das terras da coroa e a introdução da escravatura não eliminou de vez a pequena propriedade. Os recenseamentos de 1822 e 1835, e o registro de terras de 1855-57, mostram apenas um pequeno declínio na proporção das famílias rurais que trabalharam suas próprias terras (Tab. 1.4). Cerca de 54 por cento dessas famílias rurais eram livres, em 1822; a proporção caíra para 48 por cento, 35 anos mais tarde. Todavia, decrescera a área coberta por essas propriedades em relação ao total. Havia, entre as famílias com terras, 149 que eram, de acordo com o pároco, “miseráveis”, pobres demais para pagar os dois ou três mil-réis que custava o registro das mesmas. Esses minifúndios não podiam prover rendas, nem mesmo subsistência. Na outra extremidade da escala econômica, as propriedades escravagistas, cujo número não dobrara durante o período, contavam, no total, com um número de escravos três vezes maior.

Pelo menos no início do regime das grandes lavouras, os pequenos proprietários de Rio Claro aparentemente dispunham de um crescente mercado para seus excedentes. A produção de milho por família livre aumentou de 274 mil para 909 mil litros, entre 1822 e 1835, o que representa um aumento *per capita* superior a 70 por cento (Tab. 1.5). É provável que esse excedente fosse usado na engorda de porcos, na alimentação dos moradores cada vez mais numerosos nas vilas, e para compensar o déficit nas fazendas. Talvez se destinasse também à maior população flutuante dos guias de mulas, que não eram registrados como habitantes mas que dependiam, ainda assim, do município, para uma parte de seus víveres.

O surgimento do minifúndio em 1857 representa um forte indício de que muitos dos pequenos proprietários estivessem sendo marginalizados, passando de fornecedores de produtos a mão-de-obra em regime de tempo parcial. No sistema das grandes lavouras, eles eram dependentes ainda noutro sentido importante. Os fazendeiros ocupavam todos os postos políticos, inclusive o de juiz de paz, delegado de polícia, inspetor escolar e comandante da milícia. Era impossível para o pequeno proprietário sobreviver sem o favor do fazendeiro. Este, em troca, fazia apenas uma exigência: o voto. Pela Constituição de 1824, apenas os que tinham propriedades ou negócios podiam votar, estando excluídos os empregados. O pequeno proprietário constituía, portanto, o único eleitorado do império, e a sua mobilização era a princi-

TABELA 1.4
Estrutura do setor agrícola, 1822-57.

Categoria	Número			Porcentagem		
	1822	1835	1857	1822	1835	1857
Total de propriedades rurais	224	401	820 ^a	100,0	100,0	100,0
Que lavavam terras próprias	151	258	448	67,4	64,3	54,6
Com escravos	31	62	55	13,8	15,4	6,7
Sem escravos	120	196	393	53,6	48,8	47,9
Rendeiros, agregados e colonos	10	28	372	27,7	35,2	45,4
Com escravos	9	3				
Sem escravos	1	25				
Trabalhadores sem estabilidade	52	113				
Mendigos, sem ocupação	11	2		4,9	0,5	

FONTES: APESP, População Piracicaba, 1822, 1835; Registro de Terras, 1855-57; OD/RC 397, Vigário para o Presidente da Província, 18 ago. 1858. A estimativa total de 1857, de SP(P), Presidente da Província, *Relatório*, 1 de maio de 1854.

NOTA: Rendeiros incluem administradores, capatazes e foreiros. Trabalhadores incluem jornaleiros, camaradas e os que vivem "de suas agências".

a. Estimativa.

TABELA 1.5
Produção e consumo aparente de milho, 1822 e 1835

Categoria	1822	1835
Produção <i>per capita</i> em litros:		
Propriedades agrícolas com escravos	430	319
Propriedades agrícolas sem escravos	635	1095
Consumo aparente <i>per capita</i> :		
Todas as propriedades, inclusive não agrícolas	446	473

FONTE: APESP, População Piracicaba, 1822, 1835.

pal fraude exercida no regime. Essa forma de relação dava ao pequeno proprietário o direito de ser tratado de forma cortês e respeitosa por parte do fazendeiro – que o chamava de vizinho, sentava-se à sua mesa e se abstinha de abusar das mulheres de sua família. Por outro lado, o pequeno proprietário tinha de servir na milícia, o que o obrigava a montar guarda em dia de eleição, perseguir escravos fugidos e, talvez, seus próprios companheiros, em outras ocasiões. Portanto, tinha de assumir as brigas dos poderosos e exibir em público sua fidelidade pessoal ou partidária, como se fosse marcado a ferro.²²

Ao mesmo tempo, os fazendeiros recebiam em suas propriedades certo número de trabalhadores destituídos de terras. Os que adquiriam certa estabilidade chamavam-se agregados, como os parentes dependentes das famílias de pequenos proprietários, mas, neste caso, com a característica de serem "servidores". Em 1835, das famílias que possuíam escravos, 16 tinham um total de 45 agregados. Havia ainda uma população flutuante de trabalhadores de posição precária – os camaradas – contratados para determinada tarefa ou para ajudar na colheita. Nenhum desses grupos era empregado para trabalho regular na plantação, sendo utilizados somente para certas tarefas especiais como limpar mato, construir estradas ou guiar carroças. Os fazendeiros não podiam exigir mais deles, não apenas porque eles podiam facilmente abandonar a lavoura, mas porque tinham necessidade de conservar-lhes a lealdade. Os camaradas eram obviamente um elemento inconsistente no seio da população. Sua pobreza era a mais evidente, estavam sujeitos à prisão por vadiagem quando largavam a fazenda, eram desprovidos da proteção de que gozavam o pequeno proprietário e o agregado, mas em compensação eram livres para fazer o que quisessem. Consideravam, acertadamente, que se tratava de exploração o objetivo dos fazendeiros de submetê-los ao trabalho sem descanso na lavoura. Por sua vez, os fazendeiros exprobravam-lhes a preguiça e a imprevidência, mas precisavam deles, pois eram corajosos, resistentes

e resignados a permanecer sem terras. A contradição permanecia insólvel dentro da embrionária economia de mercado do Oeste Paulista. Um salário suficientemente alto para tentar os camaradas a um trabalho permanente acabaria possibilitando-lhes a compra de uma propriedade dentro de um período razoável de tempo. A aceitar tal ocorrência, os fazendeiros preferiam cogitar seguidamente sobre o emprego da força contra eles, assim como contra os escravos. Aflorava, de vez em quando, a sugestão de que a população rural sem terra fosse arregimentada numa "milícia agrícola", juntamente com os libertos. Ainda que sistemas de trabalho forçado tivessem sido aplicados em outras partes do Novo Mundo depois que a escravidão se tornara inviável, a prática deste regime a ela assemelhado ter-se-ia revelado impraticável e teria prejudicado, além do mais, a transição para o trabalho assalariado baseado na imigração européia.²³

O sistema social das grandes lavouras era de extrema violência. A expulsão dos posseiros, a defesa dos limites imprecisos das propriedades, a supervisão da força de trabalho escravizada, o controle social dos que não tinham terras, tudo exigia o emprego da força. Agregados eram recrutados como capangas, uma política particular que guardava as divisas e executava qualquer ato violento que o fazendeiro lhes ordenasse, inclusive assassinatos. Às vezes se encontrava quem gostasse desse tipo de ocupação tirânica, mas a maioria dos rendeiros temia desempenhar essas atividades, que os expunham aos perigos da vingança pessoal. Os camaradas, inseguros e sem raízes, freqüentemente envolviam-se em turbulências a esmo, em geral voltadas contra seus assemelhados. A taxa de crimes de morte no interior de São Paulo em 1835 foi de 32 por mil, e no distrito que incluía Rio Claro alcançou, naquele ano, o número espantoso de 176 por mil. Sem dúvida, aquela região de fronteira sofria os mais altos índices de violência. Parece que Rio Claro foi cena de crimes políticos em 1842 e 1846, durante uma crise que abalou a província, a um tempo em que a oligarquia local ainda não estava firmemente assentada.²⁴

Em 1830, Rio Claro tinha 2 mil habitantes, construía-se uma igreja e o lugar fora elevado a paróquia, designação que tinha implicações não apenas religiosas como também de administração civil. Os fazendeiros organizaram uma Sociedade de Bem Comum, cujo objetivo era atuar como um governo local, enquanto se enviava à província uma petição para que incorporasse a área formalmente. A Sociedade decidiu onde seria o centro da vila, um ato político significativo, pois determinaria o custo do transporte para cada fazendeiro. Como o centro constituía um patrimônio, isto é, terra doada, a Sociedade arrogou-se o direito de dividi-lo em lotes e vendê-los. Os fundos foram usados para objetivos da administração local e para a construção da igreja. Desde o começo, portanto, a política de Rio Claro esteve nas mãos dos fazendeiros.

Em 1835, o município contava com 60 domicílios que se ocupavam de atividades não-agrícolas no centro da vila, dos quais 23 dedica-

vam-se ao comércio, 19 à construção – principalmente carpintaria – 15 a ofícios diversos, inclusive, surpreendentemente, à joalheria. Outros 35 declararam ganhar a vida como jornaleiros, pagos por dia, trabalhando possivelmente na agricultura. Um secretário do juiz de paz, que funcionava como tabelião, e o vigário eram membros de uma espécie de classe média *ex officio*. Além deles, apenas cinco declararam renda superior a 200 mil-réis, sendo o mais rico de todos um dos comerciantes, que vendia tecidos e ganhara 600 mil-réis.

Em 1842, Rio Claro desmembrou-se do município de Piracicaba. Administrativamente, a unidade de governo local no Brasil é o município, cuja sede não fica separada, politicamente. Ao contrário, toda a área do município, inclusive a sede, e quaisquer outras povoações que se encontrem dentro de seus limites são governadas por uma única câmara. O município de Rio Claro incluía algumas paróquias. Brotas e Descalvado logo se tornaram municípios independentes, em 1859 e 1865, respectivamente, enquanto Itaqueri permaneceu integrada a Rio Claro. Em 1845, o município passou de vila para cidade, o que lhe trouxe um pouco mais de autonomia em relação à província. Rio Claro e Itaqueri somavam cerca de 1 600 quilômetros quadrados.

Nesta parte do Oeste Paulista, a extinção da população indígena e sua substituição por colonizadores europeizados, os caboclos, ocorreu gradualmente ao longo do séc. XVIII. Desde o começo a irrupção dos posseiros mestiços-mulatos ligava-se à economia da costa, pois esses marginais reuniam-se nos pontos ao longo da estrada que levava às minas em Mato Grosso. Os ocupantes originais tinham de abrir pequenas clareiras temporárias na mata virgem, mas conseguiam manter facilmente um regime de subsistência, e até praticar certo montante de comércio com as cidades próximas ao litoral.

Por volta de 1820, muitos dos moradores de Rio Claro foram subitamente expulsos por algumas poucas pessoas com suficiente dinheiro e influência política para conseguir títulos de posse sob a forma de sesmarias. A expropriação do valor adicional representado pela limpeza da terra e o cultivo anterior significava um ato inicial de acumulação de capital. Cedo, pessoas ainda mais ricas e influentes começaram a reunir recursos suficientes para a exploração agrícola em larga escala. Rio Claro tornara-se, na expressão local, uma "frente pioneira", ou seja, passara a fazer parte do perímetro da economia costeira capitalista e voltada para a exportação.²⁵

A alienação das terras não eliminou completamente a pequena propriedade. Os que permaneceram, todavia, foram mobilizados para desempenhar papéis subalternos e dependentes, dentro da economia de exportação. Ao tempo de seu desmembramento de Piracicaba, portanto, o padrão de propriedade de terras e a estrutura social de Rio Claro eram similares às das cidades do litoral. Todavia, a transformação não fora completa. Era preciso que a classe dos proprietários tirasse lucro de suas terras, de preferência mediante um produto de exportação.